

**Produto Educacional: Diretrizes
Para Formulação de Projetos
Pedagógicos de Cursos de Tecnologia
em Nível Superior do Instituto Federal
da Bahia/ Campus Salvador**

2025



1 DE SETEMBRO

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia**

Criado por: Leandro dos Reis Muniz



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

M966d Muniz, Leandro dos Reis

Diretrizes para formulação de projetos pedagógicos de cursos de tecnologia em nível superior do Instituto Federal da Bahia - Campus Salvador/ Leandro dos Reis Muniz; orientador Fabiano Brito dos Santos -- Salvador, 2025.

21 p.

Produto educacional apresentado ao (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal da Bahia) -- Instituto Federal da Bahia, 2025.

1. Ensino médio integrado. 2. Educação profissional e tecnológica - EPT. 3. Bases conceituais. I. Santos, Fabiano Brito dos, orient. II. TÍTULO.

CDU 377

Produto Educacional

Introdução

Este Produto Educacional (PE) dispõe acerca de novas diretrizes para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Tecnologia em Nível Superior do Instituto Federal da Bahia (IFBA)/Campus Salvador, de maneira que os PPCs fiquem correlatos ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA no que se refere, especialmente, aos princípios teórico-práticos que regem a instituição.

Os Produtos Educacionais são ações interventivas elaboradas a partir de um estudo para responder questões investigativas. Os PEs podem apresentar diferentes modalidades, mas são aplicados para responder os objetivos de uma pesquisa científica, de modo acadêmico e para sua comunidade, visando a melhoria do seu âmbito de pesquisa a partir das necessidades reais levantadas e para atender as demandas atuais, além da possibilidade de socializar o conhecimento (Rizzatti et al., 2020).

Os Produtos Educacionais são ações interventivas elaboradas a partir de um estudo para responder questões investigativas.

Os PEs visam ao atendimento das exigências dos programas profissionais de pós-graduação *stricto sensu*. Este Produto Educacional refere-se ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional pelos Institutos Federais. O Produto Educacional referido visa à adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Nível Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Salvador – são três: Curso de Tecnologia em Eventos; Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Curso de Tecnologia em Radiologia -, ao próprio Projeto Pedagógico Institucional, dando ênfase aos princípios expostos pelo PPI do IFBA e às bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica – Politecnia, Escola Unitária, Omnilateralidade e Trabalho como Princípio Educativo -, de maneira que haja uma continuidade e uma verticalização dos pressupostos em níveis de ensino diferentes num mesmo âmbito acadêmico. A proposta do PE é o estabelecimento de diretrizes que norteiem a formulação dos Projetos Pedagógicos desses cursos, estabelecendo, como uma das propostas, a transversalidade nos currículos desses conteúdos fundamentais para a formação integral dos discentes.

Os Produtos Educacionais começam a ser pensados metodologicamente na própria investigação da pesquisa, e enquanto objetivos a serem atingidos. A dissertação não pode ser desarticulada do produto, há concepções que estão pressupostas nesse fazer acadêmico que estão como alicerces para a elaboração do PE (Zaidan, Reis e Kawasaki, 2020).

Sabe-se, também, que os Produtos Educacionais são propostas do CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – com a evidente intenção de que os conteúdos pesquisados e elaborados praticamente sejam replicados nas áreas de atuação educacional e nos contextos dos trabalhos de onde foram oriundos (Brasil, 2019).

Entretanto, os Produtos Educacionais não são prontos e acabados, são necessários o monitoramento e a averiguação da eficácia de sua implementação, portanto, possibilita-se que ocorram alterações, ajustes, quando houver necessidade. Por isso, é de fundamental importância avaliar o PE, seja para a garantia de sua eficácia, seja para as modificações necessárias para alcançá-la. Porém, sempre tem como objetivo o alcance dos resultados diante das demandas educacionais apresentadas na

investigação, já que o Produto Educacional é parte do processo científico (Hentges; Moraes; Moreira, 2017).

Como foi visto, um Produto Educacional não está dissociado da dissertação, da investigação da pesquisa (Zaidan, Reis e Kawasaki, 2020). Este PE está vinculado à dissertação de mestrado denominada “Acerca da Descontinuidade das Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica nos Cursos em Tecnologia do Ensino Superior do Instituto Federal da Bahia/Campus Salvador”. As Diretrizes para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Nível Superior do Instituto Federal da Bahia/ Campus Salvador propostas por este PE, pretende uniformizar, padronizar, deixar correlatos os PPCs referidos ao Projeto Pedagógico do IFBA.

Compreendendo que as diretrizes compõem um conjunto de orientações e que os resultados das análises documental e do discurso revelaram uma descontinuidade entre as bases conceituais do Ensino Médio Integrado e os cursos de tecnologia do nível superior num mesmo âmbito de ensino, fez-se necessário estabelecer instruções coordenativas que proponham uma direção uniforme para a formulação de documentos essenciais teórico-práticos para o andamento acadêmico de um curso.

Foram inclusos, a partir de um estabelecimento de um modelo mais adequado a partir da análise dos PPCs averiguados - PPC de Tecnologia em Eventos, PPC de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e PPC de Tecnologia em Radiologia – alíneas, tópicos, que pretendem ser completos. Porém, entendendo que os Produtos Educacionais têm de ser revisados e atualizados a partir da averiguação da eficácia de sua inserção no ambiente organizacional (Hentges; Moraes; Moreira, 2017), bem como, a partir da necessidade de que os Projetos Pedagógicos têm de ser atualizados no transcorrer do tempo (IFBA, 2013), foram implementados novos conteúdos, ainda não vistos nos PPCs verificados, tais como, a necessidade de aplicação nas disciplinas dos princípios teórico-práticos inclusos no PPI do IFBA e das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica explicitadas neste estudo. Também, houve a introdução dos conteúdos teórico-metodológicos presentes no macroprojeto institucional. Além disso, a introdução do tema Políticas Afirmativas como um pilar, tal qual, a pesquisa, o ensino e a extensão, em concordância com o princípio da inclusão, entre outros.

No transcorrer deste Produto Educacional, estarão presentes informações sobre a história dos Institutos Federais e, precisamente, do Instituto Federal da Bahia. Estas são informações importantes para localizar o universo simbólico em que os princípios de ação e a proposta das diretrizes situem-se cognitivamente naqueles que participaram dos documentos, seja pelo simples conhecimento, seja para implementação, seja para a atualização e monitoramento.

Sobre os Institutos Federais

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia propuseram a integração dos diferentes níveis de formação da Educação Profissional e Tecnológica de forma inovadora e com o intuito da democratização do acesso a uma educação pública de qualidade em todo território nacional. Os Institutos oferecem uma gama variada de cursos, que vão do Ensino Médio Integrado à Pós-Graduação. Pretendem valorizar a formação integral do estudante em sua abordagem pedagógica, de modo que seus egressos sejam capazes de solucionar técnica e tecnologicamente questões, locais, regionais e nacionais de forma ética e sustentável (Silva, 2023).

São pilares dos Institutos Federais o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais, por meio da formação de profissionais capacitados e, além disso, pela parceria com as escolas públicas locais, de modo que a qualidade da educação pública, tanto estadual quanto municipal, também seja elevada.

Os projetos pedagógicos dos Institutos pautam-se pelo entrelaçamento entre a técnica, a ciência, a cultura, os aspectos sociais e éticos dos seus estudantes. A perspectiva é a de que essa proposta pedagógica seja uma abordagem aplicada em todos os níveis de ensino, para que se rompa a ideia de que a formação integral é restrita ao Ensino Médio Integrado. Também, ensino, pesquisa e extensão não são pilares somente do Educação Superior, os Institutos Federais aplicam o fundamento da pesquisa como princípio educativo, em que os estudantes, quando adquirem conhecimento nos projetos de pesquisa e nas ações de extensão, beneficiam não somente a si mesmos, mas a totalidade do quadro social.

Os Institutos Federais são dotados de uma ampla capilaridade, que abrange todo território nacional, mas que pretendem compreender as diferenças locais, de maneira que cada região não perca a identidade. A defesa dos Institutos Federais é a defesa da

democracia, das instituições públicas, gratuitas e de qualidade, ou seja, é acirrar a luta por uma educação pública de excelência, acessível à classe trabalhadora e aos seus filhos na busca por construir um melhor futuro nacional (Silva, 2023).

Os Institutos partem da prerrogativa que não há hierarquia de saberes, portanto não há hierarquia de classes, visto que ensino, pesquisa e extensão estão presentes em todos os âmbitos do ensino acadêmico, não só no ensino superior. Isso é inédito, como é inédita a estrutura educacional formada por Rede desenvolvida entre as instituições públicas.

A educação dos Institutos Federais é voltada para o trabalho, o pressuposto do trabalho como princípio educativo é uma base conceitual inegociável, porque tem o papel fundamental de desenvolver a sociedade brasileira e formar integralmente seus estudantes (Silva, 2023).

A Lei nº 11.892/08 foi extremamente importante para a Educação Profissional e Tecnológica, visto que criou os Institutos Federais e a Rede Nacional EPT. Os Institutos devem preservar sua identidade, mesmo com sua expansão educacional, por meio de uma formação essencial sobre o Projeto Político-Pedagógico dos Institutos Federais por parte da comunidade acadêmica. Ainda que haja um desinteresse em conhecer os Institutos e de debatê-los, a comunidade acadêmica deve atualizá-los sem deixar de defender seu Projeto Político Pedagógico (Silva, 2023).

Breve Histórico dos Institutos Federais

No século XVII, no sul do Brasil, foram promovidos os primeiros ensinamentos sistemáticos da educação profissional por meio das reduções jesuíticas. Os jesuítas ensinaram os indígenas a serem metalúrgicos, agricultores, tipógrafos, entre outras profissões. Os jesuítas também criaram as confrarias de oficinas mecânicas nos estados da Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro (Silva, 2023).

O trabalho manual era considerado, por homens brancos e livres, como desprezível. Os serviços de carpintaria, serralheria, construção, tecelagem eram consideradas ocupações de pessoas escravizadas. Diante da discriminação contra essas ocupações, algumas leis foram impostas para as pessoas trabalharem e aprenderem as habilidades dessas profissões. De todo modo, a promoção da educação

profissional brasileira foi destinada, desde seus primeiros momentos, aos pobres e excluídos.



Em Minas gerais, descobriu-se ouro e, com isso, criou-se as Casas de Fundação e de Moeda, mas foram contratados os homens brancos e imigrantes europeus. No Rio de Janeiro, em 1752, foi criada a Irmandade São José, para suprir a demanda mineira, e também serviu como uma maneira de preservar os homens brancos e livres de algumas atividades manuais especializadas. Logo depois, em 1785, Portugal proibiu a manufatura de tecidos no Brasil, e a proibição de funcionamento de algumas indústrias no Brasil-Colônia somada às poucas escolas profissionais, o que teve como consequência a falta de mão de obra especializada para algumas ocupações (Silva, 2023).

Como providência, a educação profissional tornou-se compulsória na Marinha e nas guarnições militares para crianças e jovens, que foram encontrados em situação de mendicância. Foram também criados asilos, em que crianças entre 10 e 12 anos, que estavam em estado de pobreza, aprendiam ofícios como tipografia, ferraria, serralheria, sapataria. Ainda em 1785, D. João VI criou o Colégio das Fábricas, para educar artistas e aprendizes oriundos de Portugal, mas que foi revogado em 1808.

As primeiras escolas de ensino superior foram destinadas a formar para o exercício específico de funções qualificadas no Exército e na Administração do Estado. A intenção era a de corresponder os interesses da chegada da Família Real ao Brasil. Foram criadas as academias: da Marinha, em 1808, no Rio de Janeiro; a Academia Real Militar em 1810; ainda em 1808, os cursos de Anatomia e Cirurgia; em 1814, o Curso de Agricultura; e em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; na Bahia, em 1817, o curso de Desenho Técnico. Em 1837, foi criado o Colégio Pedro II, em que era oferecido

o curso secundário propedêutico, mas que visava à continuidade dos estudos no ensino superior. É importante lembrar que o Colégio Pedro II faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e tem as mesmas características vigentes dos Institutos Federais (Silva, 2023).

Mais uma vez, a partir do modelo praticado pelos militares, com base na hierarquia e na disciplina, a partir de 1840, dez Casas de Educandos Artífices foram criadas. Os Liceus de Artes e Ofícios foram criados a partir de 1858. As ideologias que legitimavam essas iniciativas visavam a motivação de um tipo de ensino que buscava o aumento da motivação para o trabalho e a evitação do desenvolvimento de ideais que fossem contrários à ordem política. A força de trabalho ofertada, ordeira e qualificada, buscava um ambiente favorável para a instalação de fábricas, enquanto os trabalhadores poderiam receber melhores salários.

Após a Proclamação da República, o Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant (1836-1891) recebeu um manifesto em defesa do ensino profissional. Ocorreu, naquela época, a primeira reforma curricular da Educação Brasileira, numa sociedade majoritariamente de analfabetos (Silva, 2023).

Com a Constituição de 1891 foi instituída a divisão dos níveis de ensino. Em 1909, com o presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas para atender aos desfavorecidos e prover as classes proletárias. A perspectiva do governo de Peçanha era a de que essas escolas poriam fim à ociosidade que levaria aos crimes, aos vícios, e a educação profissional tinha a possibilidade de afastar parte da população desses malefícios. De fato, a classe dominante utilizou-se da formação para o trabalho como um modo de contenção de uma considerada desordem social.

O estado do Rio Grande do Sul foi um dos não contemplados com as 19 primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, mas, em Porto Alegre, havia o Instituto Técnico Profissional (Silva, 2023).

Na década de 1930, o Brasil enfrentou uma crise econômica grave, que obrigou o país a produzir bens, ou seja, fê-lo adotar um processo de substituição industrial das importações. Então, para suprir essa demanda de produção, empresas nacionais de pequeno porte surgiram para fabricar máquinas e equipamentos industriais. Com o governo de Getúlio Vargas, em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices transformaram-

se em Liceus Industriais, o que possibilitou uma formação mais especializada para carreiras industriais.

O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), foi criado em 1942. Em 1940, foram criadas as Escolas Agrotécnicas Federais e Colégios Agrícolas Federais. Com o presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil transformou-se num espaço desenvolvimentista de grandes investimentos em obras, na energia, no transporte, na indústria automotiva. No período de 1960, houve o fenômeno da imigração, a população das cidades tornou-se maior do que a população rural, e com a industrialização crescente e a reduzida quantidade de vagas no ensino superior, as pessoas buscaram uma formação profissional para a aquisição de habilidades técnicas e atender as demandas das indústrias (Silva, 2023).

As Escolas Industriais e Técnicas transformaram-se em Escolas Técnicas Federais, e, assim, tornaram-se autônomas administrativamente e em assuntos educacionais. A partir da década de 1970, em 1978, três Escolas Técnicas Federais transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Essas instituições formaram engenheiros e tecnólogos, e contribuíram para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

O presidente José Sarney, em 1987, implantou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec). Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). No mandato do governo Lula, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica expandiu e foram construídas 450 unidades (Silva, 2023).

Percebe-se que a educação profissional, num primeiro momento, no Brasil, foi dotada de um caráter assistencialista, e era realizada para os pobres que não conseguiam avançar nos estudos e estavam lotados em postos de trabalho de pouca exigência intelectual. Com o ensino profissional, buscou-se a qualificação da mão de obra, mas que sempre esteve voltada ao suprimento das demandas da ocupação no mercado de trabalho (Oliveira; Ramos; Fartes, 2017).

Em tempos atuais, o mundo do trabalho procura uma formação mais polivalente, em que os profissionais sejam aptos a aprender novas funções de acordo com as transformações no âmbito do trabalho. E tais mudanças atingiram a educação profissional e trouxeram alterações também no papel do trabalhador. O novo modelo requer um profissional mais adaptativo para garantir maior empregabilidade, que seja

flexível e apto a aprender. A educação, assim, vinculada ao mercado, visa a empregabilidade.

Há um crescimento da oferta da educação profissional no país, inclusive no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Com isso, houve um aumento do número de campi do IFBA. De fato, a atuação do IFBA alterou de forma contínua seu papel na educação profissional, uma vez que passou a ter um processo educativo dos níveis básicos ao nível superior e pós-graduação, e nas mais diversas áreas, seja na área tecnológica, seja na área de humanas e sociais, mas sempre com o triplice pilar das ações do ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a formação dos trabalhadores (Oliveira; Ramos; Fartes, 2017).

Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia



Em 1872, o Liceu de Artes e Ofícios de Salvador foi a primeira iniciativa na Bahia de ensino industrial. Num primeiro momento, tinha um caráter assistencialista,

amparava as crianças órfãs e abandonadas, oferecendo-lhes instrução teórica e prática. Em 1906, com o incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e agrícola no Brasil, foram fundadas diversas escolas públicas comerciais pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e uma delas foi criada na Bahia (IFBA, 2013).

Como foi visto, em 1909, Nilo Peçanha, criou nas capitais 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que foram mantidas pelo Estado. Em Salvador, a Escola de Aprendizes e Artífices, que originou o Instituto Federal da Bahia, foi, em 1926, transferida para o Bairro do Barbalho.

O processo de industrialização provocou demandas que influenciaram a elaboração da Constituição de 1937, e, assim, houve a alteração no controle das escolas de formação de Aprendizes Artífices, que mudou de vínculo, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Educação e Saúde Pública, de maneira que a Escola de Aprendizes Artífices de Salvador passou a ser denominada Liceu Industrial de Salvador, que, naquele período, ministrou o ensino profissionalizante de 1º ciclo (IFBA, 2013).

A partir de 1942, as Leis Orgânicas da Educação Nacional, que foram vários Decretos-Lei editados, dentre eles, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073/1942, que ampliou o ensino profissionalizante para o 2º ciclo, e transformou o Liceu Industrial em Escola Técnica em Salvador.

As Escolas Técnicas transformaram-se em Escolas Técnicas Federais, de modo que integraram a Rede Federal de Estabelecimento de Ensino Industrial. Em 1965, a Escola Técnica de Salvador foi incorporada à Rede Federal e, por meio da Lei nº 4.759, passou a ser chamada de Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA.

Em 1969, as Escolas Técnicas Federais começaram a ofertar cursos profissionais superiores de curta duração, autorizado pelo Decreto nº 547/69. Na Bahia, foi fundado o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC, uma instituição específica para o ensino tecnológico. O CENTEC foi criado pela Lei nº 6.344/1976 como uma autarquia federal do Ministério da Educação e Cultura.

Com o governo do presidente Itamar Franco, em 1993, a Escola Técnica Federal da Bahia transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica através da Lei nº 8.711/93 – a ETFBA foi transformada em CEFET-BA, que incorporou o CENTEC e seus cursos tecnológicos, suas estruturas pedagógicas e administrativas (IFBA, 2013).

Em 2008, a Lei nº 11.892, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Os Institutos são pluricurriculares, caracterizados pela multicampia, especializados em ofertar educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino. Também, os Institutos Federais equipararam-se às Universidades Federais. Desse modo, o IFBA tem autonomia para criar e extinguir cursos de acordo com seu Conselho Superior (CONSUP). A Rede Federal de Educação Tecnológica expandiu-se nas fases II, em 2010, e na fase III, em 2013.

Considerando-se que os princípios são pressupostos que guiam os modos de fazer de um determinado quadro social, criam uma concepção de mundo, no caso, uma concepção alternativa aos ditames do capital. O Projeto Pedagógico do IFBA tem preceitos alicerçados por teorias expressamente contra-hegemônicas determinadas: o materialismo histórico-dialético, os conceitos de Gramsci acerca da escola unitária, a perspectiva freiriana a respeito da educação, a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (IFBA, 2013).

Abaixo, estão elencados os princípios expostos no Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. E, além deles e do trabalho como princípio educativo, que também é um deles, são complementares outras bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, como a Politecnia, a Escola Unitária e a Omnilateralidade.

Os Princípios do Instituto Federal da Bahia e da Educação Profissional e Tecnológica

Abaixo, seguem-se os princípios dispostos no PPI do IFBA e aqueles da Educação Profissional e Tecnológica (IFBA, 2013, p. 28/29):

- ✓ **Indissociabilidade:** Será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
- ✓ **Verticalização:** Verticalização entre os diversos níveis e modalidades de ensino;
- ✓ **Continuidade:** As áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;

-
- ✓ **Unificação:** Buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;
 - ✓ **Integração:** A busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
 - ✓ **Inovação:** A implementação da inovação científica, tecnológica, artística, cultural) educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição;
 - ✓ **Democracia:** A Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão.
 - ✓ **Qualificação:** A Instituição buscará, de modo permanente, a qualificação e a capacitação de seu quadro de pessoal e a melhoria de sua estrutura, de seus processos organizacionais e de seus programas e ações;
 - ✓ **Autonomia:** O IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
 - ✓ **Respeito:** A Instituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
 - ✓ **Responsabilidade:** O instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoas;
 - ✓ **Inserção:** O IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
 - ✓ **Difusão:** O IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;
 - ✓ **Permanência:** A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
 - ✓ **Inclusão:** Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;

✓ **Qualidade:** O IFBA buscará sempre a excelência no Ensino na Pesquisa e Extensão;

✓ **Equidade:** O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade;

✓ **Transparência:** Os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;

✓ **Sustentabilidade:** O IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental, de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações.

✓ **Trabalho:** O trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta política-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

Como acréscimo dos princípios dispostos no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, seguem-se as três bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, além da já citada “Trabalho como Princípio Educativo”

✓ **Politecnia:** Diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno (Saviani, 1989, p. 17).

✓ **Escola Unitária:** Promove os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico [estudos universitários], seja de caráter imediatamente prático-produtivo [indústria, burocracia, comércio, etc.] (Gramsci, 2001, p. 39)

✓ **Omnilateralidade:** visa ao desenvolvimento de indivíduos completos partícipes da totalidade das forças produtivas numa correlação com outros indivíduos livremente associados (Manacorda, 2007).

Diretrizes para Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Nível Superior

Considerando-se que Diretrizes Educacionais propostas são normas que orientam o funcionamento e a estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no caso, e, mais especificamente, os Projetos Pedagógicos dos

Cursos de Tecnologia em Nível Superior do IFBA/Campus Salvador, foi elencado um rol exemplificativo de tópicos que servirão como modelo para formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que estejam correlatos ao Projeto Pedagógico Institucional do IFBA.

Considerando-se que o objetivo deste Produto Educacional é propor que as bases conceituais dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia do IFBA/Campus Salvador estejam em continuidade com as da Educação Profissional e Tecnológica apresentadas no Ensino Médio Integrado, foram insertos nas diretrizes os princípios norteadores da teoria e da prática, que se pressupõem no mesmo âmbito de ensino-aprendizagem.

Considerando-se que está exposta no Projeto Pedagógico Institucional a interdisciplinaridade, a transversalidade, as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica foram inclusas como conteúdos a serem ministrados no transcorrer dos cursos de Tecnologia em Nível Superior devido à sua essencialidade e à satisfação dos princípios teórico-metodológicos expostos no Projeto Pedagógico Institucional.

As seguintes diretrizes compõem a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de tecnologia em nível superior à concepção de um quadro social alternativo às demandas capitalistas, de modo que sejam diretrizes contrárias às que transformam os processos educativos em encadeamentos produtivos de uma educação transformada em mercadoria:

I - Implementar Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia, de modo que estejam correlatos ao modelo do Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), tanto na sua estrutura quanto no seu conteúdo;

II – Apresentar em seu documento, além de devidamente cumprir, a missão, a visão e os objetivos do IFBA;

III – Divulgar nos tópicos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia, a história do IFBA e do campus de Salvador, devido à importância de se reconhecer o histórico do local em que se estabelecem a prática profissional e a direção dos objetivos, de maneira que abarque o conhecimento social, geográfico, político, cultural, artístico, etc;

IV - Introduzir os princípios teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição, tais como o materialismo histórico dialético formulado por Marx e Engels, a

concepção de Freire sobre Educação, A pedagogia histórico-crítica proposta por Saviani, o papel da escola unitária proposto por Gramsci;

V - Difundir os princípios do Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e conduzir o processo de ensino-aprendizagem de maneira, inicialmente, transversal, por entender que os fundamentos de uma teórico-práticos oferecem aos estudantes a capacidade de ampliação crítica acerca do mundo do trabalho;

VI - Anunciar o contexto educacional do curso com a devida justificativa, uma vez que cada curso dialoga com uma realidade e o princípio da inserção está estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional para o entendimento local, regional e nacional;

VII - Veicular as políticas institucionais no âmbito do curso, notadamente: política institucional de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, além de incluir as políticas afirmativas como alicerce essencial, diante da realidade contemporânea e do público, a partir do princípio da inclusão, que participa da comunidade acadêmica;

VIII - Expor os objetivos do curso, tanto o geral quanto os específicos

IX - Explicitar as formas de acesso;

X - Apresentar o perfil profissional do egresso, de acordo com a formação integral proposta pelo Projeto Pedagógico Institucional, em contraponto à formação unilateral milenar, advinda desde a divisão dos homens, que apenas se destina a responder às demandas do mercado de trabalho;

XI - Exibir a estrutura curricular do curso: o fluxograma do curso e a matriz curricular;

XII - Divulgar a metodologia, em que estejam elucidadas a metodologia de ensino, a interdisciplinaridade e seus projetos integradores; a transversalidade; o ensino das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, os princípios teórico-práticos presentes no Projeto Pedagógico Institucional, libras, relações étnico-raciais e para o ensino e cultura afro-brasileira e indígena e educação ambiental. As ações práticas-metodológicas, em concordância com o PPI do IFBA, têm de estar correlatas com a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani; a Escola Unitária de Gramsci, a Concepção de Educação de Paulo Freire (IFBA, 2013);

XIII - Apresentar o estágio curricular supervisionado

XIV - Anunciar como se realizará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

XV – Divulgar como serão as ações estudantis, sobretudo, os serviços de apoio ao discente, em que os profissionais psicólogos, assistentes sociais e pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais são necessários para a formulação de intervenções em cada área particular e, principalmente, de modo, interdisciplinar;

XVI - Expor os procedimentos de avaliação do curso (CPA, ENADE, CPC)

XVII - Difundir as tecnologias de informação (tics) no processo de ensino-aprendizagem;

XVIII - Expor os procedimentos de avaliação do processo de ensino aprendizagem;

XIX - Discorrer sobre os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;

XX - Expor as atividades de pesquisa e extensão;

XXIII - Apresentar o corpo docente e técnico-administrativo, em que serão expostos a coordenação do curso, o núcleo docente estruturante, o colegiado do curso, a diretoria adjunta da educação superior;

XXIV - Discorrer sobre a infraestrutura do curso, incluindo salas de aula, sala da coordenação do curso, instalações para os docentes, auditório, gráfica, laboratórios, salas de atendimento aos discentes;

XXV - Divulgar o acervo bibliográfico, a Biblioteca, de cada curso de Tecnologia em Nível Superior;

XXVI - Discorrer acerca da acessibilidade, em que estarão dispostas as normas (Lei nº 10.098/2000) e praticar os critérios para acessibilidade de pessoas com deficiência. Além de assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiências (lei nº 13.146/2015);

XXVII - Exibir o programa das disciplinas – ementário – de maneira que estejam presentes os conteúdos essenciais sugeridos para a formação integral dos estudantes;

XXVIII - Expor as referências bibliográficas utilizadas na construção do documento;

XXIX - Apresentar, por fim, os documentos anexos, tais como manuais, normas, cartilhas, etc.

Considerações Finais

Este Produto Educacional refere-se a um objetivo específico do trabalho dissertativo denominado “Acerca da Descontinuidade das Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica dos Cursos em Tecnologia do Nível Superior do Instituto Federal da Bahia/Campus Salvador”, em que foram propostas diretrizes de adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, de modo que neles fossem contempladas a apresentação e a indicação de ensino dos princípios da EPT, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA.

Com efeito, o estudo apresentou a discrepância no mesmo âmbito de ensino da convivência de duas concepções antagônicas de mundo, uma estabelecida com pressupostos que visam a um quadro social mais integrador, solidário e inclusivo, a partir de uma proposta almejada de uma formação omnilateral; e outra excludente, que expressa os interesses mercadológicos voltados ao suprimento das demandas capitalistas e, por conseguinte, de formação unilateral e que promove a manutenção da estrutura dualista da educação.

A proposta do Produto Educacional foi a formulação de Diretrizes para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Tecnologia em Nível Superior, que são três: Curso de Tecnologia em Eventos, Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Curso de Tecnologia em Radiologia. As Diretrizes para formulação desses PPCs visaram a correlação com o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA (PPI do IFBA) e a inclusão das bases conceituais da EPT no processo de ensino-aprendizagem, ainda que de modo transversal, mas em concordância com os princípios filosóficos e teórico-metodológicos expostos no PPI.

Na formulação deste Produto Educacional, foram inclusos o histórico e a concepção dos Institutos Federais, o histórico do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, os princípios expostos no Projeto Pedagógico Institucional com o acréscimo das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, as Diretrizes, propriamente ditas, para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Tecnologia em Nível Superior, em conformidade com o PPI do IFBA e a política institucional, levando-se em conta as estruturas, além dos conteúdos necessários a serem contemplados.

De todo modo, foi contemplada a hipótese de que há uma descontinuidade num mesmo âmbito acadêmico, no caso o Instituto Federal da Bahia/Campus Salvador, no que diz respeito às bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, notadamente, entre o Ensino Médio Integrado e a Educação Superior nos Cursos de Tecnologia. A importância das Diretrizes para a formulação dos Projetos Pedagógicos desses Cursos não diz respeito apenas a uma conformidade documental que esteja correlata ao Projeto Institucional do IFBA, mas sim à decisão de seguir na construção de uma concepção de mundo contra-hegemônica e, portanto, alternativa ao quadro social vigente que transforma a educação num espaço formador de uma ideologia excludente à serviço das demandas do grupo dominante ou que estabelece a educação como uma mercadoria, em que se adquire o acesso para que se promova a formação de acordo com os contextos necessários para os suprimentos dos interesses capitalistas.

Referências

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Grupo de Trabalho Produção Técnica. Brasília: CAPES, 2019.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Os intelectuais e a organização da cultura. Caderno 12 (Vol 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HENTGES, A.; MORAES, M. L. B.; BATALHA, E. R. C. A formação continuada e os mestrados profissionais na área do ensino: a pertinência dos produtos educacionais. EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação, v. 6, n. 14, p. 23-36, 2019.

IFBA. Projeto pedagógico institucional. Salvador, Ba: IFBA, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em: 07 de Julho de 2025.

MANACORDA, Mário Alighiero. Marx e a pedagogia Moderna. *Tradução*: Newton. Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

OLIVEIRA, Jose Roberto De; RAMOS, Tassila Oliveira; FARTES, Vera Lucia Bueno (orgs), Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Salvador – BA: Editora do Instituto Federal da Bahia – Edifba, 2017.

SILVA, Josué Graciliano da (org). Institutos Federais dos brasileiros: a história contada por quem fez – 1.ed. – São Paulo: Artliber Editora, 2023.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. Actio: Docência em Ciências, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

SAVIANI, Demerval. Sobre a Concepção de Politécnica. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989.

ZAIDAN, S.; REIS, Diogo A. F.; KAWASAKI, T. F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. Revista Brasileira de Pós-graduação, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 1- 12, 2020.